

-----ACTA 9/2011-----

-----Da Reunião Extraordinária de 11 de Abril de 2011-----

-----Aos onze dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze nesta cidade de Almeirim, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores, Pedro Miguel César Ribeiro, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina, Francisco Manuel Maurício do Rosário e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----  
-----  
-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO ANO DE 2010 - Todo o processo relativo a este assunto se encontra em formato digital, distribuído previamente por todo Executivo, o qual será anexado a esta acta, fazendo dela parte integrante.-----

-----O Senhor Presidente deu a conhecer a actividade da Câmara, referindo que mesmo, sendo condicionada pela evolução das finanças o que tem prejudicado os Municípios, no Concelho de Almeirim, se conseguiu fazer muita coisa.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo referiu que este é um documento muito técnico e complexo, mas que ao ser um documento que reflecte a actividade do Município, estará à partida bem elaborado. Informou que teve dúvidas quanto a abster-se ou votar

contra o mesmo, mas do que notou do documento não ficou com condições sequer, para se abster. Disse ainda que este orçamento de 2010 tem níveis de execução satisfatórios, mas paralelamente preocupantes, ou seja, a receita também desceu e há o aumento da capacidade de investimento. Por fim mencionou que tem dúvidas quanto à exactidão do documento, pois só são feitas comparações quando é para melhor, não havendo referencias em situações menos boas. Focou ainda o facto da Autarquia depender em 64% das transferências do Estado, logo a autonomia da Câmara é muito pouca e significa que existem 36% de dívida "à solta", o que é preocupante, nomeadamente com fornecedores locais.-----

-----O Senhor Presidente distribuiu pelo Executivo, o RELATORIO E PARECER DO FISCAL UNICO, que passo a transcrever:-----

-----"Exmos Senhores Membros da Assembleia Municipal,-----  
-----Em cumprimento da Lei, apresentamos o relatório da nossa acção fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, demonstrações financeiras e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Executivo do Município de Almeirim, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.-----

-----Relatório-----  
-----No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo artº 48 da Lei nº 2/2007, acompanhamos regularmente a actividade do Município, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Executivo e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.-----

-----Em resultado do trabalho efectuado, é nossa convicção que o relatório do Executivo, as demonstrações financeiras, e o respectivo anexo são suficientemente esclarecedoras da situação do Município e satisfazem as disposições legais.-----

-----Parecer-----  
-----Considerando as análises e os trabalhos efectuados, e tendo

em atenção o teor da Certificação Legal de Contas, que emitimos somos de parecer que a Assembleia Municipal do Município de Almeirim:-----

-----a) aprove o relatório do Executivo e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010;-----

-----b) aprove a proposta de aplicação de resultados constante do relatório do Executivo.-----

#### -----CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS -----

##### -----Introdução-----

-----1 - Examinámos as demonstrações financeiras do Município de Almeirim, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010,(que evidencia um total de 84.734.924 euros e um total de fundos próprios de 71.346.748 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 4.535.078 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 16.210.950 euros de despesa paga e um total de 17.300.548 euros de receita cobrada)do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.-----

##### -----Responsabilidades-----

-----2 - É da responsabilidade do Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno adequado.-----

-----3 - A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.-----

##### -----Âmbito-----

-----4 - Excepto quanto à limitação descrita no paragrafo nº 7, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão

isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:-----

-----\*a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Executivo, utilizadas na sua preparação;-----

-----\*a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das transacções efectuadas;-----

-----\* a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstancias; e-----

-----\*a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.-----

-----5 - O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.-----

-----6 - Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.-----

-----RESERVAS-----

-----7 - À data da emissão do presente relatório, não obtivemos a reconciliação entre o valor do imobilizado registado na contabilidade, e o valor constante do ficheiro de registo e cadastro de bens do Município, tendo sido apurada a diferença de 1.502.244 euros, razão pela qual não nos permite concluir sobre a razoabilidade dos saldos evidenciados nas rubricas de imobilizado corpóreo e bens de domínio publico.-----

-----OPINIAO-----

-----8 - Em nossa opinião, excepto quanto aos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no paragrafo nº 7 acima, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município de Almeirim em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em

conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo fez uma anotação relativa ao Balanço Social, onde constatahou haver na Câmara Municipal de Almeirim 30 Técnicos Superiores e não haver uma chefia nomeada. Relembrou que há já algum tempo solicitou ao Senhor Presidente quais as competências dos 5 técnicos desta Autarquia, e esclarecimento do porquê não serem nomeados como chefes, pois remunerados por igual ou mais do que chefes de divisão e não desempenham as respectivas funções.-----

-----Posto a assunto a votação, foi o mesmo aprovado com cinco votos a favor, do PS e 2 votos contra do MICA e CDU.-----

-----O Senhor Vereador representante do MICA, fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"Por tudo o que vou enumerar e porque os documentos apresentados não garantem qualquer tipo de rigor, transparência e verdade, sendo antes o consumir de inúmeras violações da Lei, O MICA vota contra e faz voto de vencido, e nos termos da Lei vai requer ao Tribunal de Contas que promova, no mais curto espaço temporal a competente auditoria, não só às contas de 2010, mas também às de 2008 e 2009, tendo em conta que "a violação de normas legais aplicáveis à assunção, autorização em pagamento de despesas é susceptível de fazer incorrer os membros dos Executivo Municipais em responsabilidade financeira sancionatória, quer nos termos do art.º 48.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 86/89, de 8 de Agosto, quer nos do art.º 65.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto".-----

-----Solicito, pois, que esta Acta seja aprovada por minuta, a fim de a fazer, rapidamente chegar ao Tribunal de Contas e que dela seja dado conhecimento integral aos senhores deputados municipais para a próxima reunião.-----

-----Em relação a este ponto, na minha qualidade de Vereador democraticamente eleito, na plenitude das suas funções, não posso deixar de referir algumas questões fundamentais:-----

-----1. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - Aprovado

pela Lei nº 24/98, de 26 de Maio, o Estatuto do Direito de Oposição assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, oposição esta que, nos termos do artigo 2º do referido diploma legal, consiste na actividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos citados órgãos.-----

-----Tal actividade materializa-se e desenvolve-se, de forma mais ou menos intensa, no direito à informação, no direito de consulta prévia sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividades, no direito de participação e no direito de depor.-----

-----De acordo com o artigo 10º do Estatuto do Direito de Oposição, os órgãos executivos das Autarquias Locais devem elaborar, até fim de Março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito e garantias constantes do referido Estatuto. Os citados documentos são, por sua vez, enviados aos titulares do direito de oposição, a fim de que deles se pronunciem.-----

-----Constamos que apesar de devidamente notificado pelo inspector geral da administração local, em 23 de Junho de 2010, com o despacho de concordância do secretário de estado da administração local, mais uma vez o senhor presidente da câmara, não cumpriu essa notificação, fazendo "tábua rasa da Lei". Isto é a Câmara de Almeirim é a única no nosso País, que não cumpre, nunca cumpriu e pelos vistos não tenciona cumprir uma Lei da República - se estamos num estado de Direito o mesmo não vigora no nosso Município.-----

-----2. De acordo com o nº 2 do Artigo 47º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro "As contas dos municípios e das associações de municípios que detenham participações no capital de entidades do sector empresarial local são remetidas ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com o certificado legal das contas e o parecer sobre as contas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas";-----

-----E, ainda nos termos do artº 48º nº 1 da lei citada "As contas anuais dos municípios e das associações de municípios que detenham capital em fundações ou em entidades do sector empresarial local devem ser verificadas por auditor externo e) "Emitir parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal."-----

-----Resumindo: Não foi cumprido o Estatuto do Direito de Oposição, só nos foi facultado o certificado legal das contas e o respectivo parecer sobre as contas, apresentados pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas" hoje, no início desta Reunião;-----

-----Para além disso, não nos foi facultado a informação semestral (nem do 1º nem do 2º semestre) sobre a respectiva situação económica e financeira elaborada pelo auditor externo, ainda não nos foi facultado qualquer documento de prestação de contas das empresas intermunicipais em que a câmara participa.--

-----3. ANÁLISE DE DADOS SIGNIFICATIVOS - Sem pretender, minimamente, beliscar o elevado profissionalismo dos funcionários responsáveis pela contabilidade desta Câmara Podemos concluir que a sistemática violação da Lei e a "aparente impunidade de cumprimento das normas legais", reflectem claramente a ausência de rigor, de transparência, da legalidade e da verdade nos documentos apresentados, que denotam uma completa "falta de respeito", pelos órgãos legitimamente eleitos pela população de Almeirim. Estas ilegalidades na ausência destes documentos tornam inviável qualquer apreciação com rigor, transparência e verdade dos documentos apresentados, que em síntese se confirma através destes "números", de eventual e duvidosa legalidade, rigor e verdade:-----

-----a) Reflecte uma gestão de dinheiros públicos municipais, sem rigor incompetente e incapaz como sintoma do completo desconhecimento de instrumentos de gestão municipal, gerando um défice das contas municipais que ultrapassa mais de 30,9%,

(temos mesmo que recorrer ao FMI) como consequência de resultados operacionais negativos de mais de 5,3 milhões de euros (um agravamento mais cerca de 12,3% relativamente ao ano passado), imputável não só a uma má gestão dos dinheiros públicos municipais, mas também com o agravamento pela transferência para as Aguas do Ribatejo dos serviços de água e saneamento, que implicou uma perda de receitas da Câmara de mais de 3 milhões de euros e um aumento de custos para a população de Almeirim, que em muitos casos duplicou, sem qualquer benefício para Almeirim, isso que o senhor presidente apresenta sempre "como pretensos investimentos" é uma treta para tentar "tapar" os erros graves que cometeu, veja-se o que se passa em Paço dos Negros e Foros de Benfica.-----

-----b) Os custos com pessoal atingiram cerca de 5,5 milhões de euros, enquanto as receitas da câmara em impostos, taxas e prestação de serviços foram cerca de 4,2 milhões de euros, isto é a câmara foi incapaz de gerar receitas próprias, que representaram apenas cerca de 36% do total das receitas para suportar os custos com pessoal. Hoje a câmara depende dos subsídios do Governo para "sobreviver". Com "custos estruturais de cerca de 12 milhões de euros, (não contando com as amortizações), a câmara consegue gerar apenas e só cerca de 4 milhões de euros de receitas próprias!). Só resta ao senhor presidente da câmara e vereadores que apoiam esta situação de "gastos sem controlo" a propor um Contrato de Reequilíbrio Financeiro para a Câmara Municipal de Almeirim, para permitir à autarquia contrair empréstimos à Banca para que possa garantir, pelo menos o pagamento dos salários aos trabalhadores e pagar parte da dívida aos pequenos comerciantes de Almeirim e assim saldar dívidas de curto prazo" e "reequilibrar as contas".-----

-----c) O total do passivo da câmara municipal que em 2008 era cerca de 8,4 milhões de euros e em 2009 de cerca de 10,4 milhões, era em 31 de Dezembro de 2010 de mais de 13,3 milhões de euros, isto é o passivo da câmara municipal aumentou, apenas num ano cerca de 3 milhões de euros.-----



-----d) Na verificação do "Mapa de Empréstimos Obtidos", podemos constatar que até 31 de Dezembro de 2010, haviam sido contratados 11 002 037,67 euros, tendo todos os empréstimos sido utilizados. Acontece que este é precisamente o mesmo número de 2009, isto é a soma está errada! Ao somarmos todas as parcelas verificamos que a mesma é de 11 791 246,67 euros. Como é que podem merecer credibilidade estes mapas? Como pode merecer credibilidade um "mapa" que contém um empréstimo em que a dívida é de 1 cêntimo.-----

-----I. De acordo com as somas do mapa, a dívida em " 1 de Janeiro de 2009" era de 7 461 165,92 euros e em 31 de Dezembro de 2010 era de 8530 162,18 euros, isto é o endividamento brutal da câmara aumentou mais de 1,1 milhões de euros só num ano! Mas como podemos verificar com os dados que nele constam, a dívida em 1 de Janeiro de 2009 era de 8 289 788,46 euros, (claro que hoje já ultrapassa os 9,2 milhões de euros, ou bastante mais ainda se considerarmos todos os múltiplos empréstimos sob a forma de leasing que tem sido feitos e que "desconhecemos completamente). A questão é o de saber porque é que ao longo de 2010 e nos diversos documentos se manteve o numero errado de 7461165,92 euros? Como afirmamos no ano transacto este relatório e prestação de contas revela uma falta de rigor e verdade e é "um verdadeiro embuste de manipulação vergonhosa da situação real do endividamento e responsabilidades financeiras do nosso Município" que se encontra em completa insolvência técnica impossibilitado de cumprir os seus compromissos.-----

-----II. Dos cerca de 8,2 milhões em dívida foram amortizados apenas e só 548,8 mil euros e pagos juros de cerca de 146,5 mil euros, o que origina que o endividamento aos bancos em 31 de Dezembro de 2010 seja de mais de 8,5 milhões de euros.-----

-----III. MAS se acrescemos os empréstimos já aprovados ainda em 2010, respectivamente de 309 808.16 euros (Caixa Geral de Depósitos) e de 339.086 euros (Caixa Geral de Depósitos) e agora um último de 550.083,00 para Construção da Base Permanente do Grupo de Santarém de Bombeiros, que foi ilegalmente aprovado, os

empréstimos bancários em dívida, a que se deverá acrescentar os vários leasing que não sabemos, totalizará nesta altura mais de 9,8 milhões de euros!-----

-----IV. Não consta a parte proporcional do valor do capital social (19,63% da AR-Águas do Ribatejo, EIM), do ou dos empréstimos feitos por esta empresa, a que cabe assumir as responsabilidades ao Município de Almeirim, isto é altera os valores do endividamento líquido de empréstimos conforme o nº2 do artº 36º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, "para efeitos de cálculo do limite de endividamento líquido e do limite de empréstimos contraídos, o conceito de endividamento líquido total de cada município" e de acordo com a Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro "O sector empresarial local integra as empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas, doravante denominadas «empresas”(Artigo 2º nº 1);-----

-----V. Não tivemos acesso a elementos ou dados sobre a RESIURB e Ecoléziria etc.-----

-----VI. As dívidas a curto prazo, em 31 de Dezembro de 2010 atingiam, de acordo com a listagem (pág 121 ) cerca de 1 178 021€, sendo que no Balanço (pág 5) esse valor é de 1 645 769,29 euros (porque será que os dados nunca coincidem) o que adicionando aos valores do endividamento líquido, podemos concluir que o Município de Almeirim atingiu em 31 de Dezembro de 2010 um endividamento de mais 10,2 milhões de euros, sem considerar as responsabilidades na empresa Águas do Ribatejo, Ecoléziria etc. Torna-se claro que tal se deve a uma gestão "desastrosa e incapaz", sendo muito duvidoso se o Município tem capacidade para solver os seus compromissos, tendo comprometido também todos os investimentos necessários para o desenvolvimento de Almeirim.-----

-----VII. Mais uma vez e repete o que constitui uma autêntica "manipulação" e fuga às responsabilidades a inclusão do ANEXO VIII - Relação nominal dos responsáveis", (pág.168) com a inclusão da remuneração líquida e não do valor de facto das remunerações totais auferidas pelos referidos autarcas, será que

tem vergonha do que os contribuintes de Almeirim saibam o valor do que tem que pagar aos seus políticos?-----

-----VIII. Não temos qualquer informação sobre os valores suportados pelo Município relativo a pareceres e assessoria jurídica, nem informação sobre os processos judiciais pendentes, desconhecendo os valores dos mesmos.-----

-----Perante tantas e tão graves anomalias, ilegalidades e omissões estes documentos, naturalmente e em coerência, não tem as mínimas condições para que com todo o rigor, verdade e transparência possam ser votados pelos órgãos municipais.-----

-----Estes documentos de prestação de contas relativa ao ano de 2010, decorrem, naturalmente, da actividade desenvolvida no quadro e ao abrigo de Planos de Actividades e Orçamentos, que sofreram várias alterações e revisões, a última "martelada" em 30 de Dezembro de 2010", para além daquelas que certamente foram feitas "à posteriori" que não concordamos, que não subscrevemos e que, por isso mesmo, justificou, na altura, o nosso voto contra, e as nossas maiores reservas, não podendo "garantir que "todas" tivessem sido, legalmente, aprovadas por esta mesma maioria, e assentou numa estratégia e opções "políticas de gestão" pelo qual só os autarcas que permitiram e "apoiam" podem e devem ser responsabilizados, aliás não deixa de ser interessante, o que acontece pela primeira vez, que o senhor presidente subscreva no relatório e contas, vou citá-lo, que "ao apresentarmos ao Executivo e Assembleia Municipal, o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2010, devemos começar por referir quão difícil tem sido a vida da nossa Câmara que acompanha e sofre os efeitos da situação de contenção que se vive no País com principal incidência na falta de disponibilidades financeiras para assegurar a actividade normal da Câmara."-----

-----Uma análise detalhada destes documentos não só comprova a justeza das críticas, reservas e apreensões sempre colocámos, como agrava ainda mais a nossa profunda preocupação sobre o rumo definido, a situação que daí decorre e os seus efeitos no

desenvolvimento do concelho e na melhoria das condições de vida das pessoas, sendo o mais preocupante é a situação do endividamento, os compromissos por pagar, os avultados encargos que se chutam para a frente e com eles se onera e compromete o futuro do nosso Município.-----

-----Este não é seguramente o caminho certo, e necessário e que a população do Concelho de ALMEIRIM merece.-----

-----Quero, ainda lembrar que, o amanhã será sempre melhor que hoje, desiludam-se aqueles que pensaram que iria desistir de denunciar estas atrocidades que sistematicamente são praticadas em prejuízo dos interesses da população de Almeirim, desiludam aqueles que "julgam que a aparente impunidade vai durar sempre", mais tarde ou mais cedo a inevitável auditoria às contas elaborada pelo Tribunal de Contas vai realizar-se - mais cedo do que possam julgar.-----

-----O senhor Presidente da Câmara está a fazer tudo ao seu alcance para deixar ao próximo Executivo, seja ele qual for, uma situação financeira insustentável.-----

-----Devemos todos estar atentos e providenciar para que isso não seja possível para defendermos o Futuro do nosso Concelho."-----

-----O Senhor Vice Presidente fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"Voto a favor porque, tendo o ano de 2010 sido realmente muito difícil, sobretudo a nível económico, motivada não só pelo decréscimo das actividades económicas, que naturalmente tem reflexos na receita da Câmara, mas também pela diminuição das transferências do Orçamento de Estado.-----

-----Quero realçar sobretudo 2 obras fundamentais para as próximas gerações: a construção dos Centros Escolares e a obra junto ao Pavilhão Alfredo Bento Calado, são bons exemplos de investimentos públicos que no futuro trarão benefícios. Quero dizer também, que me preocupam as receitas próprias do Município, mas a verdade é que mesmo com poucas receitas próprias, apresentamos sempre propostas. Quero referir que para

além das transferências orçamento de Estado, temos em termos de volume de IMI, IRS e RSU's, que são aquelas que dependem de nós, e que ano após ano, têm sido propostas para a sua diminuição. Mas a demagogia do discurso politico leva a estas contradições.-

-----O meu voto a favor também tem a ver com a confiança que tenho com os técnicos da Autarquia, e por mais que queiramos dar a volta à lei, os números são correctos. Por fim, uma nota sobre uma opção politica tomada pela maioria dos Vereadores da Autarquia, que tem a ver com o facto da Câmara participar nas Águas do Ribatejo, que realizou nos últimos tempos mais de 10 milhões de euros de investimento. Não posso deixar de dizer que muitos dos números falados sobre empréstimos e sobre receitas perdidas, não são mais do que um gesto de "quanto pior, melhor", que em nada corresponde com a realidade."-----

-----O Senhor Vereador José Carlos fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"Quero dizer que, considerando o parecer do Fiscal Único, e depois de analisados os elementos essenciais a recomendar a aprovação das contas do exercício findo em 31/12/2010, e considerando que o exercício que foi efectuado de acordo com as novas técnicas e as directrizes de revisão/auditoria dos ROC's, cuja responsabilidade obriga esta entidade a expressar uma opinião profissional e independente, proporciona uma base aceitável e credível deste exercício, por isso eu voto a favor."-----

-----O Senhor Presidente fez também a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"Ao apresentarmos ao Executivo e Assembleia Municipal, o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2010, devemos começar por referir quão difícil tem sido a vida da nossa Câmara que acompanha e sofre os efeitos da situação de contenção que se vive no País com principal incidência na falta de disponibilidades financeiras para assegurar a actividade normal

da Câmara.-----

-----Apesar disso, e embora gostássemos de ter feito mais, não nos pesa a consciência e estamos mesmo satisfeitos com algumas realizações que levámos a cabo no Concelho.-----

-----Salientamos:-----

-----\*Fizeram-se progressos decisivos no alcatroamento;-----

-----EDUCAÇÃO-----

-----Saliento:-----

-----\*A Construção do Centro Escolar de Almeirim;-----

-----\*Os passos decisivos que se deram para a conclusão do Centro Escolar das Fazendas;-----

-----\*A consolidação do uso das novas tecnologias no Ensino Básico, Primeiro Ciclo, com os quadros interactivos e os meios informáticos;-----

-----E melhorou-se também o ensino Pré-primário com o aparecimento dos Centros Escolares;-----

-----AMBIENTE-----

-----A Empresa Águas do Ribatejo, de que a Câmara de Almeirim é Fundadora prosseguiu a sua acção no nosso Concelho com o reforço e valorização das infra-estruturas básicas, a saber:-----

-----\*A Estação Elevatória de São Roque veio completar o sistema adutor dos nossos esgotos na via da Estação de Tratamento, também ela reconstruída;-----

-----Iniciou-se a construção das Estações Elevatórias e Estação de Tratamento de Resíduos de Paço dos Negros;-----

-----Iniciou-se também a construção da Estação de Tratamento da Raposa;-----

-----\*Construiu-se uma nova Captação de Água em Fazendas;-----

-----Relatório de 2 Actividades 2010-----

-----REGENERAÇÃO URBANA-----

-----Continuámos a melhorar as condições das habitações de Famílias carenciadas-----

-----;Continuámos de uma forma acelerada o alcatroamento de Ruas nas Fazendas, após construção das infra-estruturas básicas;-----

-----Requalificou-se o parque Desportivo incluindo a construção

de Pista de Atletismo em Tartan e Mini-Campo de Futebol arrelvado;-----

-----Salientamos a valorização de espaços urbanos em Marianos e na Tapada;-----

-----Foi também construído um Campo de Padel no parque da Zona Norte;-----

-----Iniciou-se a requalificação do largo General Guerra em Almeirim;-----

-----Foi valorizada a nossa Biblioteca Municipal com grande intervenção;-----

-----Construiu-se também uma Casa Mortuária em Marianos;-----

-----DIVERSOS-----

-----Promoveram-se as "Festas da Cidade" "Pão Vinho & Companhia";-----

-----Participou-se na Feira Nacional da Agricultura e levaram-se a efeito numerosas exposições na Biblioteca e Galeria Municipal;-----

-----Funcionou um programa de Férias Desportivas;-----

-----Comparticipámos ajudas no âmbito da Rede Social Escolar;---

-----Concedemos Bolsas de Estudo para outros níveis de ensino;--

-----Supomos que, com estas acções e outras que não referimos, cumprimos a nossa obrigação de valorizar o Concelho."-----

-----

-----

-----APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO ORÇAMENTAL --

-----O Senhor Presidente distribuiu pelo Executivo a Proposta de Revisão, Orçamento Receita/Despesa e PPI - 1ª Revisão - 2011.---

-----Este documento será anexado a esta acta e dela fará parte integrante.-----

-----A Proposta acima referida foi aprovada por maioria, com 5 votos a favor do PS e da CDU e com 1 voto contra do MICA.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício leu a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"Na reunião de 21 de Março deste executivo municipal foi aprovado ilegalmente pela maioria uma autorização da despesa de

550.083,546, para Construção da Base Permanente de um Grupo de Santarém de Bombeiros.-----

-----Devo relembrar que votei contra e fiz voto de vencido, não só porque é inadmissível que estejamos a prejudicar a população de Almeirim com obras e projectos que não são do seu interesse, mas apenas para satisfazer interesses particulares, mas porque tal proposta enfermava de uma completa ilegalidade - não estava inscrita no plano plurianual de actividades, no plano de actividades, nem orçamentada para 2011.-----

-----Neste sentido esta despesa não se encontrando orçamentada, logo não foi observada a regra do cabimento prévio prevista no ponto 2.3.4.2., alínea d), do POAL; Assim a autorização desta despesa, sem fundamento legal, implica a nulidade da deliberação que autorizou a despesa e a consequente nulidade do contrato celebrado, por força do disposto nos artigos 3.º, n.ºs 2, al. e), e 4 da Lei das Finanças Locais e 42.º, n.º 6, al. a) da Lei de Enquadramento Orçamental, no ponto 2.3.4.2., alínea d), do POAL e no artigo 95.º, n.º 2, al. b), da Lei n.º 169/99, constituindo ainda violação de normas financeiras".-----

-----A verdade vem sempre ao de cima e hoje dia 11 de Abril de 2011 é-nos aqui apresentado, uma proposta de revisão/modificação do Plano Plurianual de Investimentos para 2011 com a inclusão precisamente deste projecto " Construção do Edifício Sede da Força Especial de Bombeiros", que "pasmese já perdeu o nome de Santarém" no valor previsto de 615 mil euros - já aumentou 60 mil euros, mas não vai ficar por aqui!-----

-----Isto quer simplesmente dizer, que a proposta votada em 21 de Março, por não cumprir a Lei essa deliberação foi nula! Esta proposta de hoje confirma a minha intervenção dessa reunião.----

-----Voto contra e faço voto de vencido porque este projecto não serve Almeirim, nem a sua população, não serve interesse publico municipal, apenas se inscreve como um projecto para dar satisfação a interesses de ordem particular.-----

-----Gostava de relembrar que a politica é uma actividade nobre e, em liberdade, exerce-se sobretudo, com rigor, transparência e



verdade no respeito pelas Leis e pelo interesse público, no nosso caso municipal - servir as pessoas e garantir o melhor para a sua terra - infelizmente estes princípios são completamente "desconhecidos" desta maioria."-----

-----  
 -----APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL COM A INCLUSÃO DE 1 TECNICO SUPERIOR, 2 ASSISTENTES TECNICOS, 5 ASSISTENTES OPERACIONAIS.-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Considerando que:-----

-----O Serviço de Desporto da autarquia tem, actualmente, previstos em Mapa de Pessoal 32 postos de trabalho, com as seguintes categorias profissionais 3 técnicos superiores, 5 assistentes técnicos e 24 assistentes operacionais;-----

-----Destes, estão preenchidos 10 postos de trabalho com trabalhadores a laborar em regime de contrato a termo indeterminado e 22 a laborar em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, cuja cessação está prevista para 31 de Dezembro próximo, sem haver possibilidade legal de quaisquer prorrogações;-----

-----Estes postos de trabalho constituem efectivas necessidades de serviços de carácter permanente, sendo totalmente imprescindíveis ao normal funcionamento daquela unidade orgânica, dado corresponderem a postos de trabalho existentes no quadro da empresa municipal que geria os equipamentos desportivos e culturais do Município (a ALDESC EM), entretanto extinta no final do ano de 2007, tendo, a partir de então, o Município assumido as atribuições que pertenciam àquela empresa;-----

-----O artº 14º do RCTFP contempla um regime especial para os contratos de trabalho a termo resolutivo em execução à data da entrada em vigor da referida Lei que impõe à entidade empregadora publica o reconhecimento da necessidade de ocupação desses postos de trabalho com recurso à constituição de relações

jurídicas de emprego publico por tempo indeterminado;-----  
-----A verificação desta situação, nos termos da norma do RCTFP citada, determina que a autarquia proceda à (i) alteração do mapa de pessoal do órgão ou serviço, de forma a prever aqueles postos de trabalho e (ii)procede à imediata publicitação de procedimento concursal para recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado;----  
-----Em acréscimo que o volume de trabalho, de acordo com informação do serviço de Desporto, manifesta a necessidade de dotar aqueles serviços de mais um (1) técnico superior, com formação em Educação Física, dois (2) assistentes técnicos e ainda cinco (5) assistentes operacionais para assegurarem o funcionamento dos espaços e equipamentos daquela unidade orgânica;-----  
-----Apesar das restrições imposta pela LOE (artº 27º) continua a ser permitido recrutamento de trabalhadores em condições excepcionais fundamentadas na existência de relevante interesse publico no recrutamento, ponderada a carência dos recursos humanos, bem como a evolução global dos mesmos;-----  
-----No tocante àqueles 22 postos de trabalho, não resulta qualquer encargo suplementar para o Município, na medida em que os mesmos vêm sendo devidamente abonados dos respectivos vencimentos pelas verbas alocadas à remuneração dos trabalhadores da autarquia, sendo o seu recrutamento essencial para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço publico legalmente estabelecidas;-----  
-----Ainda o mesmo cumprimento das obrigações de prestação de serviço publico legalmente estabelecidas na área do desporto, juventude, lazer e tempos livres, se revela imprescindível a criação de mais 8 postos de trabalho, correspondendo a um (1) técnico superior, com formação em Educação Física, dois (2) assistentes técnicos e cinco (5) assistentes operacionais;-----  
-----No que respeita aos 22 postos de trabalho actualmente preenchidos em regime de contrato a termo resolutivo, os respectivos efeitos financeiros apenas de repercutirão no ano

económico de 2012;-----

-----Relativamente aos 8 novos postos de trabalho, sendo o mapa de pessoal alterado, haverá que proceder à dotação orçamental das verbas necessárias ao respectivo recrutamento,-----

-----Proponho:-----

-----Que a Câmara Municipal aprove proposta de alteração do mapa de pessoal do Município, de modo a contemplar os seguintes lugares e respectivas categorias:-----

-----Técnicos Superiores - 1;-----

-----Assistentes Técnicos - 2 e-----

-----Assistentes Operacionais - 5."-----

-----Esta proposta é acompanhada do Parecer do Consultor Jurídico, bem como da informação da Adjunta do GAP, Prof<sup>a</sup>. Sandra Isabelinha, informação esta que passo a transcrever:-----

-----O serviço de Desporto tem ao seu serviço 32 trabalhadores distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:-----

-----3 técnicos superiores; 5 assistentes técnicos e 24 assistentes operacionais.-----

-----Desses, 22 trabalhadores encontram-se a laborar em contrato de trabalho a termo certo cuja cessação está prevista para 31 de Dezembro sem hipótese de ter já, mais renovações.-----

-----Neste sentido, verifica-se de não só assegurar definitivamente estes postos de trabalho, bem como se verifica a necessidade de dotar estes serviços de mais um técnico superior com formação em Educação Física, um assistente técnico e por ultimo 3 assistentes operacionais para assegurarem o funcionamento dos espaços e equipamentos desta unidade orgânica.-----

-----Face ao acima exposto, sou a solicitar a V.Ex<sup>a</sup>., os procedimentos necessários para:-----

-----1 - Os postos de trabalho ocupados por trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo certo possam ser objecto de procedimento concursal por contratação por tempo indeterminado, dado tratar-se de postos de trabalho de necessidade permanente;-----

-----2 - A criação em Mapa de Pessoal de:-----

-----2.1 - Um técnico superior para o cumprimento do projecto de às escolas do pré-escolar (17 turmas) e 1º ciclo (26 turmas) do concelho, na leccionação de actividades de natação e educação e expressão físico-motora;-----

-----2.2 - Dois assistentes cuja função está inerente à necessidade de se assegurar o apoio à leccionação das aulas das actividades de natação e expressão físico-motora dos alunos do 1º ciclo, apoio esse supervisionado pelos técnicos superiores e à necessidade de leccionação de aulas da modalidade de Ténis e Padel nas vertentes de aprendizagem/aperfeiçoamento e treino desportivo.-----

-----2.3 - Cinco assistentes operacionais justifica-se para assegurarem, em espaços e equipamentos públicos desportivos e de lazer, apoio elementar, sob orientação superior, nas tarefas de carácter administrativo e atendimento designadamente, arquivo de documentos, utilização do sistema informático, recepção de utentes, inscrições e cobranças de taxas de utilização, manutenção e conservação de instalações, entre outros. Estes espaços possuem um horário de atendimento de 14 horas diárias".-  
-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade, com a seguinte Declaração de Voto, do Vereador Francisco Maurício:-----

-----"O MICA vota favoravelmente esta proposta mas questiona qual foi a razão que levou 4 anos a concluir aquilo que na altura foi por mim proposto?-----

-----Porque se fez "sofrer" tanto os trabalhadores, alguns com mais de 15 anos de antiguidade de trabalho para a Câmara?-----

-----Acharia até piada, não fora o facto dos elevados prejuízos causados, ao facto de ser o mesmo consultor jurídico - que "impediu ilegalmente" que a situação laboral dos trabalhadores da Aldesc fosse legalmente solucionada em 2007 -, a elaborar, agora, outro parecer, em sentido contrário, passados quatro anos?-----

----Faço votos para que, o que era possível, realizável e

desejável há quatro anos, ainda o possa ser, face vãos constrangimentos impostos pela LOE (artº 27).-----

-----Se esta autorização não for concedida, responsabilizo o Sr. Presidente da Câmara e quem o apoiou, por esse desiderato.-----

-----O MICA tem algumas reservas em relação à criação de mais oito lugares no quadro, pois os fundamentos apresentados não convencem.-----

-----Apesar disso vota favoravelmente, mas estará atento a este concurso, pois tem fortes desconfianças que não esteja previamente preparada a contratação de elementos próximos da gestão."-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezasseis horas foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_,  
Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta,  
que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica